

Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2014

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	Erro! Marcador não definido.
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	Erro! Marcador não definido.
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	14
5. Activos Fixos Tangíveis.....	14
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	16
7. Inventários	16
8. Rédito.....	17
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
10. Benefícios dos empregados.....	18
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
12. Outras Informações	19
12.1. Investimentos Financeiros	19
12.2. Clientes e Utentes.....	19
12.3. Outras contas a receber.....	20
12.4. Diferimentos	20
12.5. Caixa e Depósitos Bancários	20
12.6. Fundos Patrimoniais	21
12.7. Fornecedores	21
12.8. Estado e Outros Entes Públicos	21
12.9. Outras Contas a Pagar	22
12.10. Subsídios, doações e legados à exploração	22
12.11. Fornecimentos e serviços externos	23
12.12. Outros rendimentos e ganhos	23
12.13. Outros gastos e perdas	24

12.14. Resultados Financeiros	24
12.15. Acontecimentos após data de Balanço	Erro! Marcador não definido.

Balanço

Santa casa da Misericórdia de Castelo de Vide

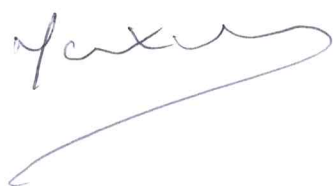
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

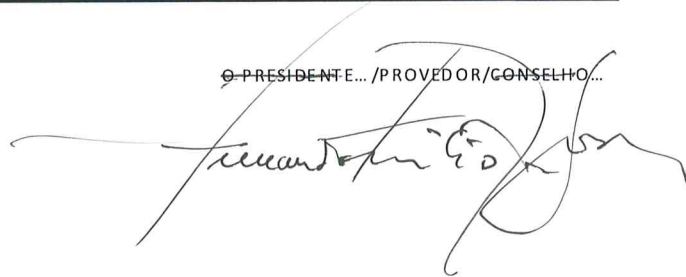
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.326.194,94	1.168.763,60
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	12.1	640,43	82,21
Investimentos em curso	11	133.536,77	46.082,95
Subtotal		1.460.372,14	1.214.928,76
Activo corrente			
Inventários	7	2.388,20	2.871,61
Clientes	12.2	26.056,84	27.306,48
Adiantamentos a fornecedores	12.7		3.730,00
Estado e outros Entes Públicos	12.8	17.895,31	5.906,52
Fundadores/benefícios/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	12.3	18.518,36	25.769,74
Diferimentos	12.4	215,67	398,89
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	12.5	142.865,07	137.777,58
Subtotal		207.939,45	203.760,82
Total do activo		1.668.311,59	1.418.689,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	104.924,28	104.924,28
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	12.6	105.766,13	168.832,94
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1.034.915,86	780.613,65
Resultado Líquido do período		58.888,48	3.900,39
Total do fundo do capital		1.304.494,75	1.058.271,26
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6	200.000,00	200.000,00
Outras contas a pagar			
Subtotal		200.000,00	200.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	31.606,76	41.401,71
Adiantamentos de clientes		10.333,18	7.690,55
Estado e outros Entes Públicos	12.8	22.869,84	20.442,02
Fundadores/benefícios/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar	12.9	99.007,06	90.884,04
Outros passivos financeiros			
Subtotal		163.816,84	160.418,32
Total do passivo		363.816,84	360.418,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.668.311,59	1.418.689,58

Castelo de Vide, 1 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O PRESIDENTE... /PROVEDOR/CONSELHO...



Demonstração dos Resultados por Naturezas

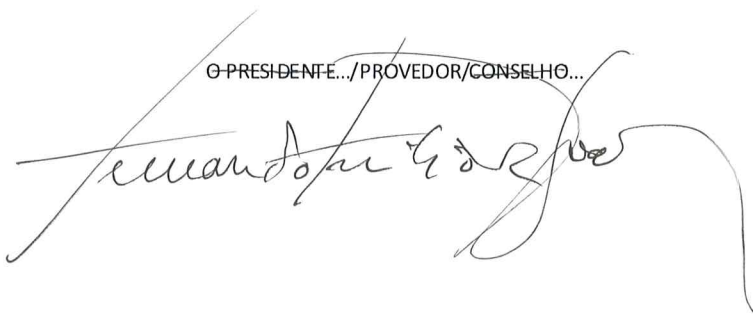
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	8	531.101,98	420.734,18
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.10	491.285,91	396.173,66
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-147.937,78	-130.442,49
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-196.757,82	-165.574,58
Gastos com o pessoal	10	-587.648,30	-501.997,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.12	84.956,28	59.756,91
Outros gastos e perdas	12.13	-9.459,48	-4.139,61
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		165.540,79	74.510,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-94.798,23	-64.242,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		70.742,56	10.267,64
Juros e rendimentos similares obtidos	12.14	116,77	887,01
Juros e gastos similares suportados	12.14	-11.970,85	-7.254,26
Resultados antes de impostos		58.888,48	3.900,39
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		58.888,48	3.900,39

Castelo de Vide, 1 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O PRESIDENTE.../PROVEDOR/CONSELHO...



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		534.994,25	415.012,83
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		342.272,16	257.671,44
Pagamentos ao pessoal		584.293,96	496.425,06
Caixa gerada pelas operações		-391.571,87	-339.083,67
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		452.363,31	106.681,72
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		60.791,44	-232.401,95
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		208.100,93	794.519,62
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		134.094,99	82,21
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		298.346,05	797.707,79
Juros e rendimentos similares		116,77	887,01
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-43.733,10	3.992,97
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			196.291,39
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		11.970,85	7.254,26
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-11.970,85	189.037,13
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5.087,49	-39.371,85
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		137.777,58	177.149,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período		142.865,07	137.777,58

Castelo de Vide, 1 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O PRESIDENTE.../PROVEDOR/CONSELHO..



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com sede em Castelo de Vide. Tem como actividade o apoio social para idosos, com alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base

nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de

imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que

advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	12.378,21	-	-	-	-	12.378,21
Edifícios e outras construções	840.570,38	924.809,49	-	-	-	1.765.379,87
Equipamento básico	170.470,37	122.150,37	-	-	-	292.620,74
Equipamento de transporte	88.932,52	14.500,00	(19.650,00)	-	-	83.782,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	78.077,80	3.444,36	-	-	-	81.522,16
Outros activos fixos tangíveis	58.417,88	16.816,84	-	-	-	75.234,72
Total	1.248.847,16	1.081.721,06	(19.650,00)	-	-	2.310.918,22
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	12.378,21	-	-	-	-	12.378,21
Edifícios e outras construções	729.648,91	26.889,55	-	-	-	756.538,46
Equipamento básico	145.483,29	25.133,72	-	-	-	170.617,01
Equipamento de transporte	85.727,00	4.025,00	(19.650,00)	-	-	70.102,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	78.115,74	573,83	-	-	-	78.689,57
Outros activos fixos tangíveis	46.208,67	7.620,70	-	-	-	53.829,37
Total	1.097.561,82	64.242,80	(19.650,00)	-	-	1.142.154,62

	Saldo em 01-Jan-2013	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2013
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	12.378,21	-	-	-	-	12.378,21
Edifícios e outras construções	1.765.379,87	243.871,62	-	-	-	2.009.251,49
Equipamento básico	292.620,74	8.357,95	-	-	-	300.978,69
Equipamento de transporte	83.782,52	-	-	-	-	83.782,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	81.522,16	-	-	-	-	81.522,16
Outros activos fixos tangíveis	75.234,72	-	-	-	-	75.234,72
Total	2.310.918,22	252.229,57	-	-	-	2.563.147,79
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	768.916,67	78.007,81	-	-	-	846.924,48
Equipamento básico	170.617,01	11.097,87	-	-	-	181.714,88
Equipamento de transporte	70.102,00	4.025,00	-	-	-	74.127,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	78.689,57	550,54	-	-	-	79.240,11
Outros activos fixos tangíveis	53.829,37	1.117,01	-	-	-	54.946,38
Total	1.142.154,62	94.798,23	-	-	-	1.236.952,85

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.130,89	129.183,21	2.871,61	147.454,37	2.388,20
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
Total	4.130,89	129.183,21	2.871,61	147.454,37	2.388,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			130.442,49		147.937,78
Variações nos inventários da produção			-		-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 2.388,20€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

8. Rédito

Para os períodos de 2013 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	531.101,98	420.734,18
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotizações	4.278,50	4.152,75
Serviços Secundários-Mensalidades	494.194,83	380.342,20
Serviços Secundários-Outros Serviços	32.628,65	36.239,23
- Refeições	6.025,26	20.613,35
- Transportes	5.340,88	2.647,97
- Limpeza, Higiene e arrumos	461,50	5.445,83
- Medicamentos/consultas	9.546,86	5.987,96
- Reembolso Taxas Moderadoras	1.711,25	-
- Serviços de Acompanhamento	283,50	-
- Reembolso Fraldas	8.934,20	-
- Reembolso Cabeleireiro	325,20	-
	-	-
Total	531.101,98	420.734,18

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	411.820,83	328.473,48
Comparticipação Segurança Social	411.820,83	328.473,48
	-	-
	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
...	-	-
Total	411.820,83	328.473,48

10. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações Sujeitas	434.031,24	361.534,36
Remunerações Isentas	54.788,70	61.088,14
Encargos sobre as Remunerações	92.159,00	75.438,66
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.596,36	2.287,43
Outros Gastos com o Pessoal	4.073,00	1.649,04
Total	587.648,30	501.997,63

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

No final do ano de 2014 a entidade tem um valor de Investimentos em curso no valor de 133.536,77€.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	640,43	82,21
Fundo Compensação trabalho	640,43	82,21
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	640,43	82,21

12.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2013 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c	26.056,84	27.306,48
Clientes	-	-
Utentes	26.056,84	27.306,48
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	26.056,84	27.306,48

Nos períodos de 2013 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2014	2013
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

12.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao Pessoal	57,95	1.046,75
Rendas	18.460,41	17.565,65
Renda Terreno/Café/Cantinas Soc./Aluguer Sala		7.157,34
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	18.518,36	25.769,74

12.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	215,67	398,89
Produtos de Limpeza	-	-
...	-	-
Total	215,67	398,89
Rendimentos a reconhecer		
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2013 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	2.682,80	6.480,47
Depósitos à ordem	128.510,29	118.624,91
Depósitos a prazo	11.671,98	12.672,20
Outros	-	-
Total	142.865,07	137.777,58

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	104.924,28	-	-	104.924,28
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	168.832,94	3.900,39	(66.967,20)	105.766,13
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	780.613,65	298.346,05	(44.043,84)	1.034.915,86
Total	1.054.370,87	302.246,44	(111.011,04)	1.245.606,27

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	31.606,76	41.401,71
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	31.606,76	41.401,71

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17.895,31	5.906,52
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	17.895,31	5.906,52
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	243,53	1.219,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.438,00	2.941,73
Segurança Social	18.986,31	16.070,29
Sobretaxa IRS	202,00	211,00
Total	22.869,84	20.442,02

12.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	84.372,45	-	76.826,34
Remunerações a pagar	-	80.628,17	-	70.562,57
Água/Electricidade/telefone	-	3.744,28	-	6.263,77
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	4.374,77	-	6.329,08
Outros credores (Serviço de Compras)	-	7.144,25	-	-
Projeto Aprendizagem ao Longo da Vida	-	3.062,05	-	7.728,62
Sindicatos	-	53,54	-	-
Total	-	99.007,06	-	90.884,04

12.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2013 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
IEFP	46.748,81	40.969,68
Donativos	32.716,27	26.730,50
Projecto meu museu e arvore		-
Junta Freguesia Santiago Maior		-
		-
Total	79.465,08	67.700,18

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

12.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Serviços especializados	42.964,81	46.487,23
Materiais	6.388,16	9.057,90
Energia e fluidos	69.650,30	60.225,38
Deslocações, estadas e transportes	5.347,68	3.013,62
Serviços diversos (*)	72.406,87	46.790,45
* Rendas e Alugueres	1.692,32	1.325,32
* Comunicação	13.573,74	7.934,26
* Seguros	3.228,57	2.219,35
* Contencioso e notariado	547,70	796,34
* Despesas Representação(Refeição)	-	131,30
* Limpeza Higiene e Conforto	27.316,13	21.444,19
* Outros serviços:	26.048,41	12.939,69
- Prod. Farmácia/Medicamentos	14.743,91	9.596,69
- Cortes de Cabelo	331,35	-
- Refeições	-	60,00
- Projecto "Meus museu e árvore"	-	205,00
- Flores	125,00	-
- Despesas C/Funeráís	-	126,00
- Consultas/Taxas Moderadoras	-	2.952,00
- Contrap, Agariação de Quotas	464,70	-
- Fraldas	8.843,45	-
- Apoio a Funeral	700,00	-
- Congrasso Nacional Miseric.	70,00	-
- Jantar de Natal	770,00	-

12.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Processo 39/11 GACVD	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	275,65	69,96
Imputação de Subsídios	44.043,84	17.094,14
Venda Curtaça	1.891,75	-
Rendas de Imóveis	34.884,42	36.436,08
Correcções Relativas a Periodos Anteriores	2.984,07	-
Cendencia de Terrenos	230,55	691,63
Mais Valias	-	4.500,00
Aluguer de Sala	250,00	-
Venda de Café	396,00	965,10
Total	84.956,28	59.756,91

12.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Imposto de Selo	43,84	87,80
Taxas Moderadoras/Consultas	2.006,50	823,70
Taxa Mensal Serviço de Compras	344,40	-
Taxa de Pedido de recurso	51,00	-
Correções Relativas a períodos anteriores	996,75	824,09
Distribuição de Roupas Recebidas em 2013	5.526,99	-
Quotizações	480,00	-
Coimas	10,00	-
IVA Suportado	-	862,50
Contraprestação Recolha de Quotas	-	913,35
IUC	-	21,32

12.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	10.630,37	4.718,85
Comissões bancárias	1.340,48	2.535,41
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	11.970,85	7.254,26
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	116,77	887,01
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	116,77	887,01
Resultados financeiros	(11.854,08)	(6.367,25)

12.15. Outras Informações Adicionais

No encerramento das contas relativas ao ano de 2014, a entidade fez um ajustamento na conta de “Resultados Transitados” com o objetivo de corrigir um erro de contabilização em anos anteriores.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012 a entidade recebeu um subsídio de 83.709,00€ para investimentos, o qual foi reconhecido como subsídios á exploração e reconhecido como rendimentos desses mesmos períodos, em vez de ser reconhecido como “Subsidio ao Investimento”. Assim no ano de 2014 a entidade foi abater aos resultados transitados, a percentagem de subsídio que ainda falta reconhecer em anos futuros e transferindo esse valor para a conta 59 (Subsídios ao Investimento).

Como o projeto apenas terminou no ano 2012, foi a partir desse ano que começámos a reconhecer os rendimentos de subsídios ao investimento amortizando a uma taxa de 10%, assim os 83.709,00€ recebidos vezes 10%, dá um imputação anual de 8.370,90€. Os 8.370,90€ imputados ao ano de 2012 e 2013 dá um total de 16.741,80€ já reconhecidos como rendimento, assim teremos que abater o restante aos resultados transitados, o que dá um total de 66.967,20€ a reconhecer em anos futuros, como se pode comprovar na nota 12.6 deste mesmo anexo.

12.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo/Administração/... em dia de Mês de 2015.

Castelo de Vide, 1 de Março de 2015